

Ressignificação e democratização do patrimônio arquitetônico

: o Solar Visconde do Araruama enquanto Museu Histórico de Campos dos Goytacazes

Thaís Conceição Feitosa Almeida

Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

A memória coletiva de diversas sociedades corre risco com a destruição do patrimônio edificado, isso porque essa perda colabora com o não aprendizado do passado e do esquecimento cultural, além do prejuízo para a reflexão sobre a sociedade em diferentes temporalidades. O objetivo deste estudo é o de contribuir com a discussão sobre a relevância da preservação do patrimônio edificado para distintos grupos sociais, como forma de reparar as injustiças históricas através da ressignificação dos usos, em especial no Museu Histórico de Campos dos Goytacazes. Para isso, a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica acerca da preservação e democratização do patrimônio edificado por meio da educação patrimonial e análise temporal da educação patrimonial municipal, com foco no Museu Histórico local. Posteriormente, é diagnosticada a importância de um Programa de educação patrimonial participativo e contínuo para o Museu, sendo que o resultado esperado deste estudo é o da promoção de um diálogo por grupos de diferentes culturas. Conclui-se, portanto, que até mesmo as arquiteturas de contextos coloniais podem ser ressignificadas pela democratização da educação patrimonial.

Palavras-chave Patrimônio Arquitetônico – Educação Patrimonial – Memória Coletiva – Museu Histórico de Campos dos Goytacazes

Submissão

22/07/2022

Aprovação

23/12/2024

Publicação

07/02/2025

Re-signification and Democratization of Architectural Heritage: Solar Visconde do Araruama as a Historical Museum of Campos dos Goytacazes

Abstract

The collective memory of various societies is at risk with the destruction of the built heritage, as this loss contributes to the lack of learning from the past and cultural forgetting, as well as harming the reflection on society across different temporalities. The objective of this study is to contribute to the discussion about the importance of preserving the built heritage for different social groups as a form of historical reparation through the resignification of uses, especially in the Campos dos Goytacazes Historical Museum. For this, the methodology used is the bibliographic review about the preservation and democratization of the built heritage through heritage education and temporal analysis of municipal heritage education, focusing on the local Historical Museum. Subsequently, the importance of a participatory and continuous Heritage Education Program for the Museum is identified, with the expected outcome of this study being the promotion of the dialogue between groups of different cultures. It is concluded, therefore, that even architectures from colonial contexts can be reinterpreted through the democratization of heritage education.

Keywords Architectural Heritage – Heritage Education – Collective Memory – Historical Museum of Campos dos Goytacazes

Resignificación y Democratización del Patrimonio Arquitectónico: Solar Visconde do Araruama como Museo Histórico de Campos dos Goytacazes

Resumen

La memoria colectiva de diversas sociedades está en riesgo con la destrucción del patrimonio edificado, ya que esta pérdida contribuye al no aprendizaje del pasado y al olvido cultural, además de perjudicar la reflexión sobre la sociedad en diferentes temporalidades. El objetivo de este estudio es contribuir a la discusión sobre la importancia de la preservación del patrimonio construido para diferentes grupos sociales como una forma de reparación histórica a través de la resignificación de los usos, especialmente en el Museo Histórico Campos dos Goytacazes. Para ello, la metodología utilizada es la revisión bibliográfica sobre la preservación y democratización del patrimonio edificado a través de la educación patrimonial y el análisis temporal de la educación patrimonial municipal, con foco en el Museo Histórico local. Posteriormente, se diagnostica la importancia de un Programa de Educación Patrimonial participativo y continuo para el Museo, siendo el resultado esperado de este estudio la promoción de un diálogo entre grupos de diferentes culturas. Se concluye, por lo tanto, que incluso las arquitecturas de contextos coloniales pueden ser resignificadas por la democratización de la educación patrimonial.

Palabras clave Patrimonio Arquitectónico – Educación patrimonial – Memoria colectiva – Museo Histórico de Campos dos Goytacazes

Introdução¹

O conceito etimológico de patrimônio surgiu no âmbito privado, com o significado de herança familiar deixada pelos pais aos seus filhos. Atualmente, o termo se estendeu a bens de uso coletivo, sendo o fruto da herança cultural de uma determinada sociedade. Nesse sentido, patrimônio histórico é: “[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”.² Dessa forma, comprehende-se que o patrimônio histórico não é restrito a uma única nação ou cultura. Em vez disso, esses bens são vistos como parte de uma herança comum e se tornam relevantes para toda a humanidade, não apenas para um grupo específico.

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro, a fim de designar heranças culturais. No Artigo 216, o texto constitucional define os bens culturais como podendo ser de “natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.³ Vale destacar que o termo “patrimônio imaterial” não aparece no texto constitucional, sendo um conceito desenvolvido posteriormente. Contudo, essa Constituição favorece a construção desse termo ao mencionar a natureza imaterial dos bens culturais.

Neste momento, comprehende-se a imaterialidade do patrimônio pela característica de salvaguarda da memória coletiva.⁴ Assim, o patrimônio cultural se divide em material e imaterial: o primeiro se relaciona a bens tangíveis, como arquitetura, sítios históricos, parques, obras de arte, entre outros; e o segundo diz respeito a bens intangíveis, como danças, literatura, linguagem, culinária, festas, dentre outras manifestações culturais. Ao nível nacional, temos patrimônios materiais, como o

¹ Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira. Machado: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017. p. II.

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

⁴ Memória Coletiva: Memória compartilhada entre um grupo de pessoas, que, segundo Halbwachs, permite o reconhecimento desse grupo social dentro da história. HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Centro Histórico de Ouro Preto (MG), o Museu Histórico Nacional (RJ), o Pelourinho (BA) e também patrimônios imateriais, como a Capoeira, o Frevo e o Forró.

Cabe ressaltar que o patrimônio material também se constitui pela sua imaterialidade, ou seja, o patrimônio edificado se atribui pelo aprendizado do passado por meio de sua memória histórica. Nessa perspectiva, comprehende-se o patrimônio cultural como uma herança pública, reconhecendo-se, assim, a importância de sua salvaguarda para a preservação da memória coletiva. Portanto, algumas instituições são responsáveis pela proteção desses bens de valor inestimável, como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro) e o COPPAM (Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos).

No entanto, a execução da legislação para proteção do patrimônio cultural também se submete a outros agentes modeladores do espaço⁵ e às suas escolhas sobre o que deve ser valorizado. Dessa forma, o interesse privado, por vezes, se sobressai ao interesse coletivo representado pelo direito à cultura e à preservação da memória, incidindo diretamente na desvalorização da herança cultural local. Pode-se citar, como exemplo, o desmonte do IPHAN, onde o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural divulgou no dia 27 de janeiro de 2022 uma carta denunciando essa ação:

Nos últimos três anos, contudo, temos assistido a um desmonte desse patrimônio institucional e à perda expressiva da efetividade da proteção que deve exercer sobre nossos bens culturais. Ao longo deste tempo, vimos ainda que esse desmonte foi se transformando em uma verdadeira perseguição contra aqueles que, legalmente e por ofício, trabalham em ações de preservação.

Recentemente, lemos estarrecidos as declarações do Presidente da República sobre esta valorosa instituição após ter tido conhecimento de uma ação rotineira relativa à proteção do patrimônio arqueológico, ocorrida em propriedade de um de seus principais apoiadores: “Explicaram pra mim, tomei conhecimento e rípei todo mundo do Iphan...botei outro cara lá. O Iphan não dá mais dor de cabeça para a gente”.⁶

Essa Carta denota parte de ações do Poder Executivo que, ao longo dos anos, favorece o interesse privado em oposição à preservação da herança cultural. De maneira brutal, essas ações apagam e silenciam parte da história nacional, pois o patrimônio, seja

5 Agentes Modeladores do Espaço: proprietários de terras, proprietários dos meios de produção, proprietários de imóveis, governo local, dentre outros. Verificar: CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

6 CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Manifestação dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sobre os ataques ao IPHAN. 2022. Disponível em: <https://www.caerj.gov.br/conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-denuncia-desmonte-do-iphan/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ele material ou imaterial, é frágil diante da ação e dos interesses desses agentes produtores do espaço. Em contrapartida, ainda sobrevivem exemplares culturais que nos conectam à história e que ainda não foram silenciados. A estes exemplares devemos dedicar atenção, por meio de Planos, Projetos e Ações de Interesse Cultural. Nesse contexto, a sobrevivência dos patrimônios culturais está diretamente ligada à valorização por parte dos habitantes locais, de forma que haja conhecimento e reconhecimento social, como expresso a seguir:

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integrada".⁷

Para a preservação do patrimônio cultural, além da preservação física por meio do restauro e manutenção, é essencial promover a democratização do conhecimento e incentivar o uso por meio da participação coletiva. Isso permite que o patrimônio seja reconhecido socialmente, por meio da apropriação diversificada, além de contribuir para a salvaguarda da memória coletiva. Nesse contexto, a educação patrimonial se destaca como um instrumento fundamental, tanto para a preservação da história quanto para a formulação de políticas públicas de proteção cultural. Ela fortalece os laços identitários locais, ao conscientizar a população sobre o valor e a importância de seu patrimônio.

O patrimônio cultural é a herança da sociedade, e os Museus Históricos desempenham um papel fundamental na preservação dessa herança, por meio da guarda de acervos documentais, da transmissão do conhecimento sobre o patrimônio material e imaterial, além de serem patrimônios arquitetônicos. No geral, os museus criam vínculos entre os cidadãos e a sua memória coletiva, ou seja, sua história. Assim, os museus, em conjunto com a educação patrimonial, são essenciais para a preservação da cultura local, pois atuam diretamente na conservação e valorização da memória histórica e cultural de uma comunidade.

Desse modo, o presente objeto de estudo está localizado na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos dos Goytacazes, município de maior extensão territorial e com grande importância econômica, política e social na região. Seu destaque se iniciou ainda no século XVIII com a atividade açucareira e se expandiu ao

⁷ ICOMOS. Carta de Lausanne. Lausanne, 1990. p. 2. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 10 jan. 2022.

longo do século XIX. Por volta de 1970, sua relevância econômica passou a ser atribuída à descoberta de um lençol petrolífero em sua costa, posteriormente nomeado como Bacia de Campos. Essa nova atividade foi responsável pela transformação econômica, política e social da região.⁸

Além disso, Campos dos Goytacazes possui uma quantidade significativa de patrimônios arquitetônicos, incluindo edificações de estilos coloniais, ecléticos e outros diversos estilos históricos. Grande parte desse acervo está localizado no Centro Histórico da cidade, que foi a primeira centralidade formada no município. No entanto, apesar de sua importância cultural, a maioria dessas edificações está subutilizada, degradada e abandonada. Em muitos casos, essas construções são demolidas silenciosamente à noite e, gradualmente, transformadas em estacionamentos improvisados. Esse processo resulta na descaracterização da estética e da ambiência local, uma vez que a mudança no uso do espaço altera o caráter histórico do entorno. Como consequência, o local passa a exibir sinais de deterioração, o que compromete a acessibilidade pedonal e a apropriação do espaço pela comunidade, em geral.

O Centro Histórico, especialmente a Praça do Santíssimo Salvador, é palco de diversas manifestações culturais, como rodas de capoeira, encontros religiosos, manifestações políticas, entre outras. Esse local representa uma riqueza cultural inestimável e é também um espaço de apropriação diversificada. No entanto, ao longo dos anos, percebe-se pouca atenção do poder público para a preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial (Figura 1).

8 PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

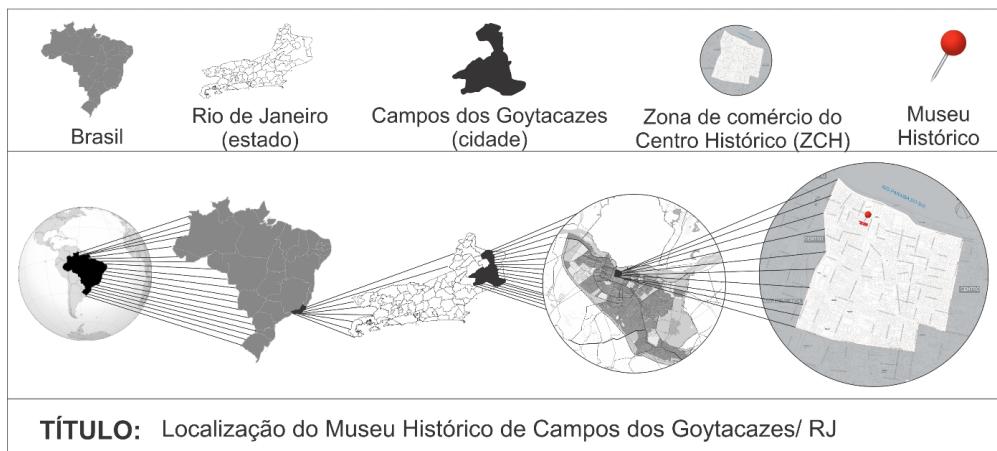
Figura 1: Prédios descaracterizados e Manifestações Culturais nos últimos anos no Centro Histórico de Campos



Fonte: Nascimento, 2019⁹; Gomes, 2019¹⁰; Leudo, 2018¹¹; Terceira Via¹²; G1¹³, 2018. Modificado pela autora, 2022.

Nesse contexto, está localizado, junto à Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH), na Praça do Santíssimo Salvador, o Museu Histórico Municipal, instalado no prédio do Solar Visconde do Araruama (Figura 2). Trata-se de um exemplar da arquitetura de influência europeia, com características neoclássicas e ecléticas. “A composição da fachada do prédio principal se utiliza do vocabulário neoclássico. Seu interior apresenta cômodos generosos ao redor de um pátio interno. Aos fundos, um pátio posterior dá acesso para a rua Barão do Amazonas”. Já “o prédio da esquerda, de gosto eclético e menores dimensões, destaca-se pela platibanda de alvenaria vazada, marcada por dois pináculos laterais”.¹⁴

- 9 NASCIMENTO, Tarcísio. Prefeitura oferece aulas de capoeira em sete polos da Fundação de Esportes. Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=54078. Acesso em: 11 abr. 2022.
- 10 GOMES, Tiago. Confira a programação religiosa da Festa São Salvador. *Terceira via*, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/07/15/confira-a-programacao-religiosa-da-festa-sao-salvador/>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- 11 LEUDO, Antônio. Ato contra Jair Bolsonaro na praça São Salvador. *Folha*, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.folha.com.br/_conteudo/2018/09/politica/1239370-campos-pro-e-contra-bolsonaro.html. Acesso em: 11 abr. 2022.
- 12 ABALADAS estruturas: prédios históricos amargam deterioração. *Terceira via*, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2018/04/08/abaladas-estruturas/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- 13 Quarto andar de prédio histórico que desabou parcialmente em Campos, RJ, será demolido. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/quarto-andar-de-predio-historico-que-desabou-parcialmente-em-campos-rj-sera-demolido.ghtml>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Figura 2: Localização do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

O Solar foi construído no final do século XVIII para ser a residência do fazendeiro e proprietário do engenho José Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama. O prédio foi vendido em 1870 para a Câmara Municipal de Campos, alguns anos após a morte do Visconde.¹⁵ Em 1903, além de abrigar a Câmara, também foi inaugurada a Biblioteca Municipal. Em 1904, o edifício também passou a funcionar como Prefeitura Municipal, acumulando, portanto, as funções já existentes. Em 1969, o Solar passou a ser utilizado exclusivamente como Secretaria da Fazenda e Biblioteca Municipal. Em 1978, o edifício foi tombado¹⁶ pelo INEPAC. Nesse mesmo ano, a Biblioteca Municipal foi transferida para a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, que estava localizada no bairro Pelinca. A Secretaria da Fazenda foi transferida em 1992. O edifício também abrigou a Secretaria de Planejamento, a Companhia de Desenvolvimento de Campos, a Junta de Alistamento Militar e o PROCON.¹⁷

O Projeto Museu de Campos dos Goytacazes foi instalado no Solar em 1990. No entanto, devido às precárias condições de preservação, o prédio foi interditado pela Defesa Civil em 1997. As atividades do museu foram, então, transferidas para a

¹⁴ INEPAC. Solar Visconde de Araruama, 2012. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/71. Acesso em: 11 de abr. 2022.

¹⁵ SOUSA, Horácio. *Cyclo Áureo: História do 1º Centenário da Cidade de Campos dos Goytacazes, 1835-1935*. 2ª. ed. Itaperuna: Damadá Ed. Ltda., 1985.

¹⁶ Tombamento: Ato que visa a preservação de um bem de valor histórico e impede a demolição ou descaracterização da obra.

¹⁷ RIBEIRO, Graziela E. Redescobrindo a Memória do Solar do Visconde de Araruama: Projeto de Exposição Permanente do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 23 e 27, 2012, São Gonçalo. *Anais* [...]. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338435674_ARQUIVO_RedescobrindoaMemoriaSolaroViscondeAraruama_ANPUH_2012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, que estava situada no Palácio da Cultura. Em 2006, essas funções foram novamente realocadas para o Museu Olavo Cardoso.¹⁸ As obras de restauração do Solar só tiveram início em 2009, sendo concluídas em 2012.¹⁹ Com a finalização das reformas, o edifício voltou a abrigar o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes (Figura 3).

Figura 3: Fachada do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes



Fonte: URURAU, 2022.²⁰

- ¹⁸ Museu Olavo Cardoso: inaugurado para sediar o Museu Histórico em 2006 e fechado em 2012, assim que o Museu Histórico local voltou a funcionar no Solar Visconde de Araruama. Tombado pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico de Campos dos Goytacazes (COPPAM), atualmente o edifício se encontra abandonado e carece de restauração.
- ¹⁹ RIBEIRO, Graziela E. Redescobrindo a Memória do Solar do Visconde de Araruama: Projeto de Exposição Permanente do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 23 e 27, 2012, São Gonçalo. *Anais* [...]. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338435674_ARQUIVO_RedescobrindoaMemoria doSolaroViscondeAraruama_ANPUH_2012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.
- ²⁰ MUSEU Histórico de Campos com visitas agendadas na 15ª Primavera dos Museus. *Ururau*, Campos dos Goytacazes, 2021. Disponível em: <https://www.ururau.com.br/noticias/diversao/museu-historico-de-campos-com-visitas-agendadas-na-15a-primavera-dos-museus/45528/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

Nessa realidade, o patrimônio arquitetônico Solar Visconde de Araruama não é apenas uma narrativa construída,²¹ mas também um legado de uma cultura colonial, fundamentada em padrões eurocêntricos e perpetuada pela história do fazendeiro e proprietário do Engenho, Visconde de Araruama. Esse edifício simboliza a representatividade de uma identidade que foi reconhecida e aceita pelos sujeitos históricos ao longo do tempo. No entanto, ainda hoje, uma parte significativa da população desconhece a função do edifício, ou não sabe que é um espaço de acesso gratuito e democrático.

Dessa forma, ao analisar o histórico de usos do Solar, destaca-se o baixo envolvimento e o reconhecimento coletivo, fruto da falta de uma participação popular mais inclusiva. Embora seja uma obra com mais de dois séculos de história, o Solar foi utilizado como Museu Histórico Local por apenas sete anos. Esse uso foi interrompido por quinze anos, devido à necessidade de manutenção. O edifício só voltou a ser utilizado após a conclusão das obras de restauração, sendo então novamente aberto ao público por mais treze anos, até 2025, quando ainda segue em funcionamento.

A partir dessa reflexão, surgiu uma questão de pesquisa: como a educação patrimonial pode ser utilizada enquanto ferramenta didática para promover o reconhecimento social da população campista dentro de um contexto colonial, considerando que o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes é uma obra que segue padrões eurocêntricos e, originalmente, servia como residência do Visconde de Araruama?

O objetivo deste estudo é o de contribuir para a discussão sobre a importância da preservação do patrimônio edificado para distintos grupos sociais como forma de reparar injustiças históricas por meio da ressignificação dos usos, especialmente no caso do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes. Dessa forma, a pesquisa pretende apoiar a ressignificação já em andamento²² do Museu enquanto acervo patrimonial local. Assim, a ressignificação dos usos, por meio da educação patrimonial participativa, terá um papel fundamental na transformação de “sujeitos ausentes em sujeitos presentes”.²³ Além disso, este trabalho visa favorecer a construção e a consolidação da educação patrimonial em âmbito municipal.

²¹ Narrativa construída: edifícios relevantes historicamente e culturalmente, ou seja, arquitetura que narra a história de determinado período da sociedade.

²² Ressignificação já em andamento: digo em andamento, pois nos últimos anos a Graziela Escocard (diretora e historiadora do Museu Histórico de Campos), junto à Auxiliadora Freitas (presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima) e outros representantes culturais atuam com esforços conjuntos para o maior envolvimento popular no Museu Histórico de Campos.

²³ SANTOS, Boa Ventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1ª edição. Brasil: Autêntica, 2019. p. 19.

Para tanto, a metodologia utilizada baseou-se na fundamentação teórica sobre a preservação e democratização do patrimônio edificado por meio da educação patrimonial, com foco em Cartas Patrimoniais e ações afirmativas do IPHAN, especialmente os projetos de salvaguarda da memória. Em seguida, foi realizada uma análise temporal da educação patrimonial como política cultural no município de Campos dos Goytacazes, com ênfase na atuação do Museu Histórico Local. Por fim, foram apresentadas as considerações finais como fechamento deste trabalho.

Preservação e Democratização do Patrimônio Edificado

A valorização do patrimônio arquitetônico é uma discussão presente em diversas sociedades ao longo de diferentes momentos históricos. Isso porque, ao mesmo tempo em que “a narrativa construída conta a história de uma sociedade e assim tem o caráter fundamental quanto à preservação da identidade local”, por outro lado, essa obra erguida “como monumento, por vezes denota a supremacia de um povo”, de sua política e ideologia.²⁴

A destruição de patrimônios arquitetônicos, em alguns casos, pode ser interpretada como um ato de resistência contra padrões impostos por uma cultura dominante. Um exemplo disso pode ser observado durante a Revolução Francesa, quando o vandalismo patrimonial se intensificou.²⁵ A população burguesa da época, que lutava contra o regime absolutista, via essas edificações como símbolos de opressão e do poder concentrado nas mãos da monarquia. Nesse contexto, a destruição de determinados edifícios não foi apenas uma ação de protesto, mas também uma forma de desafiar e romper o legado de uma estrutura política e social que era compreendida como opressiva e autoritária.

No entanto, em resposta à destruição do patrimônio, surgiu a necessidade de protegê-lo, o que marcou o início tanto da conservação física das obras, quanto da gradual ressignificação de seus usos e funções. Nesse contexto, a valorização do patrimônio se deu, por um lado, da apreciação do belo e do valor econômico da obra e, por outro lado, através de sua utilização, restauração e conservação.²⁶ Assim, a

²⁴ ALMEIDA, Thaís C. F.; FERREIRA, Thaíssa da S. Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico através de três pilares de proteção. In: PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz (Org.). *Construindo memórias, tecendo histórias: registros do patrimônio de Campos dos Goytacazes*. Capítulo: Maricá/ Niterói: Instituto Grão/LABAC, 2022. p. 299. Disponível em: <https://labacuff.files.wordpress.com/2022/07/construindo-memorias-e-book.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

²⁵ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017. p. II.

²⁶ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017. p. II.

preservação passou a ser vista como uma maneira de facilitar o acesso e democratizar o uso do patrimônio para diferentes grupos sociais. Em outras palavras, a verdadeira relevância da valorização da edificação histórica só se concretiza quando lhe é atribuída uma função, permitindo que ela seja vivida e experimentada, o que, por sua vez, contribui para sua restauração e recuperação integral.

Nesse sentido, a identidade está intrinsecamente ligada à memória, sendo uma impossível sem a outra.²⁷ Por outro lado, a ausência da preservação de patrimônios arquitetônicos implica na perda de uma parte significativa da memória local, resultando em um prejuízo irreparável para a identidade social das áreas onde esses patrimônios estão inseridos. Assim, os valores imateriais associados a esses bens, oriundos de usos e tradições ou relacionados ao valor histórico, artístico ou econômico, tornam-se fundamentais para sua conservação.²⁸

Diante disso, este trabalho defende que a reconstrução dos significados de um patrimônio edificado representa um verdadeiro ato de resistência contra uma cultura que, no passado, negou o acesso e o reconhecimento desse espaço a uma parte da população. Esse processo de reconstrução, portanto, deve estar alinhado à ressignificação dos usos do patrimônio, por meio de uma política de salvaguarda que tenha a educação patrimonial como ferramenta central. Essa abordagem visa promover o reconhecimento e inclusão social de grupos historicamente marginalizados e silenciados pela cultura dominante.

Nesse contexto, a atuação do IPHAN, por meio da educação patrimonial, é um referencial teórico para o estabelecimento de uma política de salvaguarda baseada na inclusão social. Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, seguida pela transformação em Diretoria (DPHAN) para, em 1979, adquirir a atual nomenclatura de IPHAN, houve a introdução de documentos e projetos voltados para as ações educativas que visam à proteção e preservação do patrimônio. No anteprojeto do SPHAN, Mário de Andrade destaca a importância do caráter pedagógico dos museus. Para ele, os museus devem ser instrumentos de participação coletiva, promovendo a apropriação cultural diversificada, conforme expresso a seguir:

[...] o anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma “Seção dos Museus”, que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os

²⁷ CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução de Maria L. F. 1^a ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

²⁸ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017. p. II.

critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local.²⁹

Durante a “fase heroica”³⁰ do IPHAN, suas ações educativas se concentraram na criação de museus e incentivo a exposições. Apenas na década de 1970, o tema foi abordado com maior intensidade devido à criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), cujas atividades iniciaram somente em 1975, com o apoio do Convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.³¹

O CNRC tinha como objetivo a “formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações”, visando facilitar a transmissão do conhecimento. Seu propósito era o de “subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira”. Dessa forma, buscava-se aproximar os sujeitos envolvidos na produção de bens culturais, “reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um ‘saber-fazer’, como também o destino de sua própria cultura”.³²

Nesse contexto, as diretrizes do CNRC favoreceram o diálogo entre os processos educacionais e a preservação do patrimônio. Ao longo de seus cinco anos de funcionamento, foi adotada uma abordagem interdisciplinar, organizada em quatro linhas de pesquisa: Artesanato, Levantamentos Socioculturais, História da Tecnologia e das Ciências no Brasil e Levantamentos da Documentação sobre o Brasil.³³

O Projeto Interação, criado pelo CNRC, foi apresentado em um seminário no documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC”. Esse projeto visava incluir o contexto patrimonial cultural local no currículo da Educação Básica, com o objetivo de “diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável”.³⁴

29 IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 5. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

30 Fase heroica: período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, período em que teve o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão (1937-1967).

31 IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

32 IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 7. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

33 IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

34 IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 9. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

Nesse momento, especialistas orientam que a transmissão do conhecimento ocorra tanto no âmbito da educação infantil e adolescente quanto nos meios de comunicação.³⁵ Ainda em 1986, teóricos reforçam que “para assegurar a participação e o envolvimento dos habitantes, deverá ser efetuado um programa de informações gerais que comece desde a idade escolar”.³⁶ Ou seja, ao promover e divulgar questões patrimoniais no ambiente educacional, busca-se estimular o envolvimento coletivo com o patrimônio cultural.

Com base nisso, entende-se que uma política preservacionista vai além da restauração e manutenção física dos bens. Ela também deve gerar interesse por meio de uma metodologia didática no processo educativo, visando ao engajamento da comunidade na preservação do patrimônio cultural ao longo das gerações. Isso fortalece a identidade social de determinada sociedade em seu meio, conforme destacado em: “o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação”. Além disso, a Carta ressalta a necessidade da “ação do Estado nas suas várias instâncias e a participação da comunidade na valorização e defesa de seus bens naturais e culturais”.³⁷

Em 1995, um documento elaborado em Brasília, evidencia uma evolução da educação patrimonial como ferramenta para promover o conhecimento, a inclusão e o uso diversificado do patrimônio.³⁸ Neste texto, é enfatizada a importância do envolvimento da comunidade para a salvaguarda da memória coletiva e a democratização do saber e da cultura. Esse envolvimento facilita a apropriação adequada dos espaços e, consequentemente, uma proteção qualificada. Pois “é preciso sensibilizar as comunidades para o tema da autenticidade do patrimônio cultural, fornecendo modelos para seu conhecimento adequado e sua valorização, para sua conservação e proteção”,³⁹ estimulando seu uso “artístico, espiritual e seu uso educacional, cuja raiz comum sejam a memória histórica, os testemunhos e a continuidade cultural”.⁴⁰

³⁵ ICOMOS. Carta de Turismo Cultural. Bélgica, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 11 jan. 2022.

³⁶ ICOMOS. Carta de Washington. Washington, 1986. p. 3. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 11 jan. 2022.

³⁷ ICOMOS. Carta de Cabo Frio. Cabo Frio, 1989. p. 2. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 10 jan. 2022.

³⁸ CARTA de Brasília. Brasília, 1995. p. 3. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 10 jan. 2021.

³⁹ CARTA de Brasília. Brasília, 1995. p. 3. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴⁰ CARTA de Brasília. Brasília, 1995. p. 3. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Em 1996, o IPHAN lançou o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou um importante suporte para as ações educativas do IPHAN e também referência em nível nacional, “a partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação)”. O Guia destaca a natureza processual das ações educativas, diferenciando-se de ações pontuais, isoladas e descontinuadas.⁴¹ Em 1997, previu-se o desenvolvimento de um Programa Nacional de Educação Patrimonial,⁴² que seria implantado pelo IPHAN em 1999, levando em consideração a importância da educação para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Diante da necessidade de sistematizar e organizar as ações educacionais, o IPHAN criou, em 2004, uma unidade administrativa responsável por promover e planejar, por meio de diretrizes conceituais, iniciativas de fomento cultural educacional. Em 2009, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) foi vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), com o objetivo de centralizar e fortalecer “a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural”.⁴³

Nesse contexto, as Cartas Patrimoniais mencionadas anteriormente orientam uma política de salvaguarda baseada no conhecimento, apropriação, inclusão e reconhecimento. Além disso, o IPHAN tem se destacado pela proteção do patrimônio cultural, promovendo a preservação da memória e o acesso democrático à herança coletiva. O IPHAN se diferenciou de outras ações afirmativas com resultados limitados ao utilizar a educação patrimonial como um instrumento fundamentado em uma metodologia didática, participativa e, principalmente, contínua.

Em muitos casos, os museus atuaram como suporte a essa política pública, promovendo o vínculo da sociedade com sua história e o diálogo com grupos de diferentes culturas, por meio da relação entre o patrimônio edificado e os diversos grupos sociais inseridos nesse contexto. Diante disso, destaca-se a reconstrução dos significados do Museu Histórico de Campos, por meio da ressignificação e democratização dos seus usos, alinhada à educação patrimonial como ferramenta para a valorização da obra e de todo o ambiente em que está inserida.

⁴¹ IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 13. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁴² IPHAN. Carta de Fortaleza. Fortaleza. 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 11 jan. 2022.

⁴³ IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 14. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

Discussão e Análise Temporal da Educação Patrimonial em Campos dos Goytacazes

A análise temporal sobre a utilização da educação patrimonial, como política pública para a proteção e democratização do patrimônio cultural, tanto no âmbito material quanto imaterial, em Campos dos Goytacazes, passa por uma hierarquia de poderes a níveis nacional e municipal, atuando sobre a questão cultural e sua preservação. No âmbito interno municipal, pode-se citar a Prefeitura local, o Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal (COPPAM), a Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia (SEDUCT), a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) e a Fundação Cultural jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), além de algumas instituições de ensino, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Campos Centro (IFF). Também se destacam o Arquivo Público Municipal, a Biblioteca Municipal Nilo Peçanha e o Museu Histórico Municipal.

Ao longo dos anos, o governo local, através de suas trocas e sucessões, se demonstra alheio à questão da preservação do patrimônio cultural, principalmente arquitetônico, visto o histórico de demolições, destombamentos e instalação de estacionamentos improvisados em bens tombados, ou não, ao longo de todo o Centro Histórico da cidade. Já a atuação do COPPAM apresenta uma certa relevância na proteção do patrimônio, visto as estratégias que tentam facilitar a administração econômica de patrimônios arquitetônicos notáveis, como o IPTU Progressivo,⁴⁴ por exemplo. No entanto, não há nenhuma iniciativa direta no uso da educação patrimonial como política pública de salvaguarda, somente indireta, já que a pessoa responsável por sua presidência é também responsável pela presidência da FCJOL.

A SEDUCT, além de outros cursos de capacitação, trabalhou com um Grupo de Estudos em educação patrimonial realizado online, visando à discussão de conceitos de base científica em pesquisas atualizadas sobre o tema, além do compartilhamento de práticas pedagógicas para possibilitar o desenvolvimento dos professores enquanto agentes de transmissão cultural. A SMECE, em 2019, teve por iniciativa estabelecer o Programa “Nessa escola tem gratidão, poesia e educação”, que atendeu a estudantes de Baixa Grande, cuja abordagem tratava, também, da preservação do patrimônio cultural material e imaterial do município.

⁴⁴ IPTU Progressivo Local: O COPPAM junto ao poder público pode reduzir o IPTU dos imóveis tutelados, preservados e/ou tombados, sob a garantia de preservação e manutenção do bem, porém o limite de isenção não pode ultrapassar 80%.

A FCJOL já se apresenta com um histórico mais atuante no campo de preservação do patrimônio cultural, sobretudo imaterial, a partir de cursos de capacitação e até mesmo atuação integrada junto ao COPPAM, visto que a presidência de ambos é realizada pela mesma pessoa. Há também ações integradas ao Museu e ao Arquivo Municipal. Por meio de editais da Lei Aldir Blanc, a FCJOL possibilita a inscrição de fazedores de cultura em todo o âmbito municipal, onde o edital correspondente ao ano de 2021 convocou projetos do segmento de artesanato, artes visuais e plásticas, segmento de áudio e vídeo, de cultura popular, fotografia, literatura, dentre outros. A FCJOL também promove iniciativas próprias através de cursos livres de teatro, cafés literários e outros eventos.

A UENF se destaca ainda em seus programas voltados para a educação patrimonial, com oficinas de estudo e aperfeiçoamento de práticas de educação patrimonial direcionadas a professores e profissionais da área, que atuam há mais de dez anos na cidade de forma contínua e, portanto, não segmentada. A UENF publicou inúmeros livros, como o *Educação Patrimonial: novos caminhos na ação pedagógica*, em 2006; *Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial*, em 2008; *Políticas Culturais: trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes*, em 2015; *Educação Patrimonial: abordagens e atividades educativas com os patrimônios e Práticas e territórios da Cultura: estéticas, história e políticas do patrimônio cultural*, em 2022. Essas publicações contribuíram significativamente para o campo da Educação Patrimonial.

O IFF garante seu destaque por meio de projetos que documentam o patrimônio arquitetônico local e atuam no suporte à preservação do patrimônio, produzindo inventários que facilitam a democratização das informações sobre o estado e os estilos dos prédios localizados no Centro Histórico da cidade. Podem ser citados projetos como “Campos 3D”, no qual foi utilizado o programa Sketchup para criar um vídeo que ilustrasse Campos no ano de 1940; Projeto “Inventário do Patrimônio de Campos”⁴⁵, que consistiu no levantamento das fachadas das edificações históricas do Centro Histórico da cidade, sendo pioneiro, já que a cidade não possuía esses documentos; e o Projeto “Preservação Digital: cidade e memória”; entre outros. Quanto à educação patrimonial de forma direta, a instituição produziu duas cartilhas, *Lugares de Memória e Educação Patrimonial*, produtos de um projeto de extensão realizado em 2014 e de uma atividade desenvolvida em 2018. O IFF também criou, no ano de 2022, o site “Patrimônio Goitacá: Memória e identidade em Campos dos

45 A autora deste artigo participou deste projeto como bolsista voluntária. O projeto foi orientado pela Professora Doutora Maria Catharina Reis Queiroz Prata.

Goytacazes”, com o objetivo de democratizar o acesso aos trabalhos produzidos no campo patrimonial.

O Arquivo Público Municipal, localizado a 25 km do centro da cidade, no Solar do Colégio dos Jesuítas, funciona desde 2001 e desenvolve atividades técnicas fundamentais para a preservação da informação e capacitação profissional. Recebe estudantes, pesquisadores e outros interessados no patrimônio sob sua guarda. A partir de 2009, realizou-se uma exposição permanente com fotos e objetos da época em que o local funcionava como fazenda. No acervo arquivístico estão contidas fotografias doadas pelo IPHAN referentes ao tombamento do Solar em 1946 e a Coleção Alberto Lamego, composta por documentários realizados por meio dos manuscritos do século XVI ao século XIX. A Biblioteca Municipal Nilo Peçanha conta com um acervo documental expressivo, porém ficou fechada desde 2013 até o ano de 2021.

O Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, como já abordado anteriormente, exerceu essa função por cerca de sete anos, com uma interrupção de quinze anos devido à necessidade de manutenção e, depois, foi utilizado por mais treze anos até o momento atual. Infelizmente, devido às interrupções no uso de museu neste edifício, nota-se um limitado reconhecimento da população em relação a essa obra como herança coletiva. No entanto, ao longo dos últimos anos, a organização do museu tem se esforçado para mudar a perspectiva local, de maneira que o museu conta com exposições permanentes e itinerantes, recebendo visitas de alunos, professores e interessados. O museu também oferece, em parceria com a FCJOL, cursos de capacitação cultural e eventos, dentre eles o Curso de Educação Patrimonial oferecido no ano de 2022, voltado a professores e interessados. Em 2022, foi realizada a eleição e a implantação da Associação dos Amigos dos Museus Públicos Municipal de Campos (AAMPM), que pretendeu auxiliar na salvaguarda do patrimônio cultural por meio de esforços conjuntos da sociedade local.

A atuação do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes no campo da educação patrimonial tem grande relevância por promover um entendimento mais amplo sobre o patrimônio cultural local. As exposições permanentes e itinerantes são fundamentais para a educação patrimonial, pois possibilitam aos visitantes o contato direto com os bens culturais, proporcionando uma experiência imersiva. O museu também recebe visitas de alunos, professores e interessados, o que sugere uma valorização da educação formal. Além disso, o museu oferece cursos de capacitação cultural, uma estratégia eficiente para a transmissão de uma cultura de valorização patrimonial de forma mais ampla. A criação do AAMPM também é um avanço significativo, pois fomenta a participação da sociedade. Tudo isso contribui diretamente para a expansão do alcance do museu a diferentes grupos sociais. Contudo, ainda assim, observam-se desafios

relacionados à continuidade de atividades educacionais, como a falta de visibilidade de alguns projetos, devido ao desconhecimento de boa parte da sociedade campista.

Diante disso, sabe-se que todas as manifestações coletivas podem ser consideradas espacialmente, pois toda memória coletiva acontece em um determinado meio.⁴⁶ O território, formado pela paisagem, pelos patrimônios móveis e imóveis, estrutura uma narrativa que pode ser “lida”, para assim compreender seu sentido, seu lugar e o lugar do próprio indivíduo. Dessa forma, esse espaço se torna fonte de testemunhos e lugar de memória. Através dos esforços do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, ele começa a se configurar como vínculo entre o cidadão campista e sua memória coletiva, sendo responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural, por meio da preservação e uso do edifício do Solar Visconde de Araruama, pela guarda de acervos documentais e transmissão do conhecimento por meio de suas exposições.

Percebe-se também um trabalho muito importante para reparar injustiças históricas, por meio de eventos que suscitem a história dos ancestrais negros do município, de modo a incluir os “sujeitos ausentes” e gerar o reconhecimento social por parte de toda a população campista. Dessa maneira, há uma reconstrução dos significados, já que, anteriormente, o edifício abrigava a moradia de um grande fazendeiro e Visconde local, além de carregar o histórico escravagista do município.

Essas séries de eventos, por meio da democratização do direito à cultura e memória, anteriormente silenciadas, visam incluir grupos sociais excluídos e são um ato de resistência ao padrão colonial histórico, como, por exemplo, pela colonização do sentir, a “colonização do aethesis”.⁴⁷ Isso se refere à imposição de uma estética, formas de viver, sentir e conhecer que foram estabelecidas pelos colonizadores e que moldaram a percepção das pessoas em relação ao que é certo, belo, valioso ou culturalmente apropriado. Nessa perspectiva, observa-se que ainda há muito o que se alcançar no Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, sobretudo por meio de um programa mais continuado e menos segmentado, utilizando a educação patrimonial participativa como ferramenta para a evolução da democratização da cultura. No entanto, a ressignificação local já se encontra em construção.

Assim, esta pesquisa verifica a necessidade de implantação de um programa de educação patrimonial participativo e continuado para o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, por meio de uma metodologia didática que inclua grupos anteriormente silenciados pela cultura majoritária e políticas padronizadas. Tendo como base as ações afirmativas bem-sucedidas do IPHAN, pretende-se, por meio deste

⁴⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁴⁷ MIGNOLO, Walter. Aiesthesis Decolonial. In: GOMEZ, Pedro Pablo (Org.). *Arte y estética en la encrucijada descolonial II*. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

artigo, estimular uma metodologia fundamentada na “observação, registro, exploração e apropriação”.⁴⁸ Cabe ressaltar que esse programa deve ser realizado de forma continuada, diferenciando-se de ações pontuais, isoladas e descontinuadas. Pois, somente assim, será possível verificar o pleno sucesso, conforme os resultados alcançados pelo IPHAN, considerando que este trabalho é fundamental para a valorização e preservação de todo meio histórico, sobretudo o objeto de estudo deste trabalho.

Considerações Finais

O Museu Histórico de Campos dos Goytacazes se apresenta como importante vínculo da sociedade com a sua memória coletiva, devido a aspectos materiais, como ser um patrimônio arquitetônico tombado pelo INEPAC e responsável pela guarda de acervos documentais, além dos aspectos imateriais, através da salvaguarda da história local. No entanto, parte da população demonstra desconhecimento sobre o Museu Histórico local e outra parte desconhece que ele é um bem público, destinado a todos. Este trabalho aponta que isso ocorre devido ao histórico de interrupções no uso do edifício. Por consequência, isso dificulta o reconhecimento do museu como um espaço de pertencimento e inclusão social. Assim, para aproximar os campistas de sua herança coletiva, é necessário a ressignificação dos usos do local, por meio de exposições interativas, ofertas de cursos livres, eventos e outros esforços que representam parte da cultura local excluída. É válido destacar que esta ressignificação já está em construção.

Diante disso, o Solar Visconde do Araruama, por meio do contexto escravagista do qual fez parte, representa memórias de mazelas históricas que exigem a reparação de injustiças históricas. Isso se mostra possível por meio da participação coletiva e democrática em um local anteriormente negado a povos excluídos e marginalizados do convívio social. Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade é de grande importância, a fim de evitar o esquecimento de parte da história humana. Ou seja, serve para que se aprenda com os erros ou acertos do passado, além de fortalecer os laços culturais, independente do contexto político que esteja enfrentando. Dessa forma, manter esse bem arquitetônico e ressignificar seu uso, por meio de um Programa de educação patrimonial participativo e contínuo, conduz à apropriação e ao reconhecimento social de grupos sociais excluídos.

⁴⁸ IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. 2014. p. 13. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

É importante destacar que o programa de educação patrimonial deve ser contínuo, ou seja, deve ser implementado de forma regular e prolongada, sem interrupções. Isso é fundamental para garantir que a comunidade se envolva profundamente com o patrimônio cultural. Essa abordagem se diferencia claramente de ações pontuais, que são eventos ou atividades que acontecem de maneira isolada, sem seguir um plano de longo prazo e que, muitas vezes, têm um impacto limitado. Ações isoladas e descontinuadas, por exemplo, podem ser uma única exposição ou evento de curta duração, não criando uma continuidade ou vínculo com a sociedade. A experiência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) demonstra que programas de preservação e valorização do patrimônio cultural, quando realizados de forma permanente e contínua, produzem resultados mais significativos na sociedade.

O sucesso do IPHAN serve como exemplo de como a constância e o planejamento a longo prazo são cruciais para o desenvolvimento de uma cultura de valorização e preservação do patrimônio. Nesse contexto, a continuidade desse programa não é apenas conveniente, mas necessária para garantir que o patrimônio histórico, especialmente o objeto de estudo deste trabalho, seja preservado e transmitido para as futuras gerações. Um programa contínuo garante a relevância e a eficácia das ações de valorização do patrimônio cultural, algo que as iniciativas pontuais e temporárias não conseguem alcançar de forma tão eficaz.

Um programa de educação patrimonial baseado nas ações afirmativas do IPHAN contribuirá para a ressignificação dos usos já em construção por meio da inclusão social, auxiliando a consolidação da educação patrimonial como política pública de preservação do patrimônio cultural ao nível municipal. Desse modo, justifica-se a relevância da preservação do patrimônio edificado quando há apropriação diversificada, ou seja, a conservação realizada para o uso democrático por meio do diálogo por grupos de diferentes culturas. Conclui-se que, por meio de um programa de educação patrimonial coletivo e, principalmente, continuado, até mesmo arquiteturas de contextos coloniais podem ter seus significados reconstruídos e seus usos ressignificados pela democratização da educação patrimonial.